



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Pregão, na forma Eletrônica nº 018/2018-GSI		Data de Abertura: 18/12/2018 às 09:30h no sítio <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>	
<b>Objeto</b>			
Registro de Preços com vistas a eventuais aquisições de peças, equipamentos e suprimentos destinados à manutenção do funcionamento da Solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos.			
<b>Valor Total Estimado</b>			
R\$ 677.258,86 (Seiscentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos)			
<b>Local da Prestação do Serviço</b>			
Brasília/DF			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Critério de Julgamento das propostas:</b>
SIM	NÃO SE EXIGE	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / NOTA DE EMPENHO	MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM
<b>Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Cota Reservada ME/EPP?</b>	<b>Exige Amostra?</b>	<b>Dec. nº 7.174/2010?</b>
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
<b>Prazo para envio da proposta/documentação</b>			
Até 02 (duas) horas após a convocação realizada pelo pregoeiro			
<b>DESTAQUES</b>			
<p><b>ATENÇÃO.</b> A prática das condutas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 (deixar de entregar ou desistir da proposta, ensejar o retardamento da licitação, não apresentar a documentação exigida, entre outras), poderá acarretar na aplicação da penalidade de <b>IMPEDIMENTO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO</b> e suspensão do SICAF, por período que poderá chegar a até 5 anos, em cumprimento à legislação vigente e à Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 13 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017, que estabelece procedimentos para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.</p> <p>A Instrução Normativa poderá ser consultada no endereço <a href="http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/10/2017&amp;jornal=1&amp;pagina=5&amp;totalArquivos=92">http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/10/2017&amp;jornal=1&amp;pagina=5&amp;totalArquivos=92</a>.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações do pregoeiro, a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões Eletrônicos da Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República pelo endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "110322"**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasnet e também no endereço <http://www.secretariageral.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

**EDITAL**

**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA,  
PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, Nº 018/2018-GSI**

**PROCESSO Nº 00185.013731/2018-31**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a União, por meio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, mediante o pregoeiro designado pela Portaria nº 227, de 14 de novembro de 2018, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2018, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste edital.

Data da sessão: **18/12/2018**

Horário: **09h30**

Local: **Portal de Compras do Governo Federal-[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

UASG: **110322**

## **1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é o Registro de Preços com vistas a eventuais aquisições de peças, equipamentos e suprimentos destinados à manutenção do funcionamento da Solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do item 1 do Termo de Referência - Anexo I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DO CREDENCIAMENTO**

2.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de “login” e senha pelo interessado.

2.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

3.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.1.1 Com exceção do item 57, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.

3.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.3.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.3 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.3.4 que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.5 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.4 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.4.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.4.1.1 a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

3.4.1.2 nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

3.4.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

3.4.3 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.4 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.4.5 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.4.6 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.7 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

#### **4. DO ENVIO DA PROPOSTA**

4.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

4.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

4.6 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.6.1 valor unitário;

4.6.2 a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;

4.6.2.1 em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

4.6.3 Marca;

4.6.4 Fabricante;

4.6.5 Descrição detalhada do objeto;

4.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.9 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública.

#### **5. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

5.2 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis.

5.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7.1 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

5.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.10 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.11 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

5.12 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, conforme definido neste edital e seus anexos.

5.13 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

5.15 Em relação ao item não exclusivo a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.16 Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18 Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

5.19 Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

5.19.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

## 6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

6.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

6.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

6.3 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

6.4 A proposta de preços digital da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá ser formulada e enviada, por meio de funcionalidade disponível no sistema, atualizada em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, após o encerramento da etapa de lances, mediante convocação do pregoeiro pela opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet.

6.4.1 Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta de preços digital para o e-mail [cpl@presidencia.gov.br](mailto:cpl@presidencia.gov.br), sem prejuízo da disponibilização pelo Sistema Eletrônico, sendo que, nessa hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade “convocar anexo”, de forma que a documentação seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição das demais licitantes.

6.4.2 A proposta de preços será apresentada em conformidade com o instrumento convocatório, contendo todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, preenchida conforme Modelo de Proposta de Preços - Anexo II deste edital (Proposta Comercial), devendo conter:

6.4.2.1 Descrição clara e completa do objeto, contendo as especificações detalhadas, observada a descrição/especificação constante do Termo de Referência – Anexo I e seus Apêndices, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.4.2.2 Preços unitário e total, expressos em R\$ (reais), com aproximação de até duas casas decimais.

6.4.2.3 Prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.4.2.4 Declaração expressa de estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

6.4.2.5 Razão social, endereço completo e CNPJ da licitante, referência ao número do edital do pregão, bem como o nome do banco, o número da conta corrente e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

6.4.2.6 Meios de comunicação disponíveis para contato, como por exemplo, telefone e endereço eletrônico.

6.4.2.7 Qualificação do preposto autorizado a firmar a Ata de Registro de Preços, tais como, nome completo, CPF, carteira de identidade.

6.4.3 Na hipótese de serem solicitados pelo pregoeiro os originais dos documentos remetidos pela licitante, deverão ser encaminhados, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, à Coordenação de Licitações da Presidência da República, Palácio do Planalto – Anexo II, Ala “A”, Sala 205, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, em envelope fechado e rubricado no fecho, especificando o número do pregão e os dados da empresa.

6.4.4 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

6.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.6 Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

6.7 O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

6.7.1 Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.8 Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

6.9 No item não exclusivo a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **7. DA HABILITAÇÃO**

7.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

7.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

7.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

7.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 7.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.6 Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista e à Qualificação Econômico-Financeira:

### 7.3 **Habilitação Jurídica:**

7.3.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.3.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

7.3.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.3.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.3.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, como determinado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

7.3.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

7.3.7 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

7.3.8 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.3.9 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

7.3.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



#### 7.4 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.4.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.4.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.4.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.4.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.4.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.4.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

7.4.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.4.8 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### 7.5 Qualificação Econômico-Financeira:

7.5.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

7.5.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.5.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

7.5.2.2 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.5.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não}}$$

---

Circulante

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.5.4 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

7.6 O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.7 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de **02 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [cpl@presidencia.gov.br](mailto:cpl@presidencia.gov.br).

7.7.1 Na hipótese de serem solicitados pelo pregoeiro, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

7.8 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.9 A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao **SICAF**, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos artigos 6º, inciso III, 10 a 16 e 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2017.

7.9.1 O pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

7.9.2 O licitante que estiver com alguma documentação vencida junto ao SICAF deverá encaminhar, juntamente com os documentos de que trata o subitem 7.9, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.10 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

7.10.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

7.11 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a empresa será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.12 A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

7.13 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

7.14 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

7.15 No item não exclusivo a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, no caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.16 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **8. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

8.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

8.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

8.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

8.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

8.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1 Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

11.1 Na homologação do(s) item(s), os licitantes aptos serão convocados para poder reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

11.1.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

11.2 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

11.3 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## **12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.1.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

12.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.3.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

12.4 No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar:

12.4.1 O(s) documento(s) que lhe outorga(m) poderes para firmar a Ata de Registro de Preços (contrato social e/ou procuração);

12.4.2 Declaração de que não mantém parentesco entre sócios da empresa com servidores do órgão contratante, até o segundo grau civil. A constatação da inveracidade da declaração será motivo para o cancelamento da ata de registro de preços, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, conforme modelo - Anexo III deste edital.

12.4.3 Declaração, de acordo com o modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, conforme modelo - Anexo IV deste edital.

12.4.3.1 A declaração poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

### **13. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

### **14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

14.1 Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

14.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

14.3 Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

14.3.1 A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

14.3.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5 Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

14.5.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

### **15. DO REAJUSTE**

15.1 Os preços são fixos e irrevogáveis.

15.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

## **16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

16.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **18. DO PAGAMENTO**

18.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

18.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento da Ata de Registro de Preços nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento da Ata de Registro de Preços, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.11 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

18.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{I}{=} \quad \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, observando as disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 13 de outubro de 2017, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1 não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

19.1.2 apresentar documentação falsa;

19.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5 não mantiver a proposta;

19.1.6 cometer fraude fiscal;

19.1.7 comportar-se de modo inidôneo.

19.2 Considera-se retardar a execução do objeto qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços; (Redação dada pela Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 13 de outubro de 2017)

19.3 Considera-se não manter a proposta a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento; (Redação dada pela Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 13 de outubro de 2017)

19.4 Considera-se comportar-se de modo inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações

inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original; (Redação dada pela Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 13 de outubro de 2017)

19.5 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.5.1 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.5.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.10 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

20.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este edital.

20.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [cpl@presidencia.gov.br](mailto:cpl@presidencia.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 205, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

20.3 Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico [cpl@presidencia.gov.br](mailto:cpl@presidencia.gov.br).

20.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

21.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



21.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.8 Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.9 O edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.secretariageral.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos](http://www.secretariageral.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos), e também poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II, Ala "A", Sala 205, do Palácio do Planalto, nos dias úteis, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.10 Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**21.10.1 Anexo I - Termo de Referência;**

**21.10.1.1 Apêndice I - Modelo de Ordem de Serviço;**

**21.10.1.2 Apêndice II - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo;**

**21.10.1.3 Apêndice III - Modelo de Termo de Garantia dos Produtos Fornecidos;**

**21.10.2 Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;**

**21.10.3 Anexo III - Declaração que não Mantém Parentesco entre Sócios da Empresa com Servidores do Órgão;**

**21.10.4 Anexo IV - Declaração de Optante pelo Simples Nacional;**

**21.10.5 Anexo V - Minuta de Ata de Registro de Preços;**

**21.10.5.1 Apêndice "A" da Ata de Registro de Preços - Preços Registrados;**

**21.10.5.2 Apêndice "B" da Ata de Registro de Preços – Cadastro de Reserva.**

Brasília, 05 de dezembro de 2018.

**VESPER CRISTINA B. CARDELINO**

**Pregoeira - Presidência da República**

**ANEXO I**  
**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 018/2018-GSI**  
**PROCESSO Nº 00185.013731/2018-31**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. Registros de preços com vistas a eventuais aquisições de peças, equipamentos e suprimentos destinados à manutenção do funcionamento da Solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

1.2. Peças compatíveis com os modelos de torres de vias de passagem DIGICON, d’GATE, existentes na Presidência da República.

<b>Nr</b>	<b>Descrição</b>	<b>Identificação CATMAT</b>	<b>Qtde</b>	<b>Preço Unitário R\$</b>	<b>Preço Total R\$</b>
1	Conjunto soldado do pedestal em aço inox escovado AISI 304 fabricado em chapa de 2mm de espessura.	--	2	6.809,50	13.619,00
2	Porta de abertura esquerda em aço inox escovado AISI 304.	--	2	826,96	1.653,92
3	Porta de abertura direita em aço inox escovado AISI 304.	--	2	826,96	1.653,92
4	Fechadura articulada com cilindro e 2 chaves para porta de abertura direita ou esquerda.	10162	6	92,82	556,92
5	Acabamento central da torre, em aço inox, com fenda (500R ou 500T)	--	2	1.501,50	3.003,00
6	Acabamento central da torre, em aço inox, com fenda, modelo PNE (900R ou 900T)	--	2	2.113,29	4.226,58
7	Vidro temperado de 12mm, translúcido, em formato de “asa de anjo” (500R ou 500T)	150134	6	903,70	5.422,20
8	Vidro temperado de 12mm, translúcido, em formato de “asa de anjo”, modelo PNE (900R ou 900T)	150134	6	1.533,67	9.202,02
9	Contrapeso de qualquer um dos modelos de torre	133132	4	501,79	2.007,16
10	Conjunto da alavanca principal d’GATE	133132	6	394,19	2.365,14
11	Motor 24V compatível com o lado 500R ou 500T	21458	3	8.802,42	26.407,26
12	Motor 24V compatível com o lado PNE (900R ou 900T)	21458	3	8.802,42	26.407,26
13	Placa pictograma superior	--	2	4.032,07	8.064,14
14	Placa pictograma passiva	--	2	2.928,56	5.857,12
15	Placa pictograma frontal	--	4	698,78	2.795,12
16	Conjunto de bornes	--	2	907,03	1.814,06
17	Conjunto Kit de sensores receptores 500	--	2	7.349,30	14.698,60
18	Conjunto Kit de sensores receptores 900	--	2	7.349,30	14.698,60
19	Conjunto Kit de sensores transmissores 900	--	2	7.349,30	14.698,60
20	Conjunto sensor 10 transmissor DFLOW	--	2	529,46	1.058,92
21	Capacitor elétrico 100000µF – 35V radial	--	10	529,46	5.294,60
22	Tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 1 pictograma e sem registro	--	2	1.136,03	2.272,06
23	Tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 1 pictograma e 1 registro	--	2	1.149,23	2.298,46
24	Tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 2 pictogramas e 2 registros	--	2	1.565,93	3.131,86
25	Cabo solenoide 12V	--	5	252,43	1.262,15

26	Conjunto coletor de cartão com urna	--	2	1.824,21	3.648,42
27	Placa do motor – d’GATE AW900	133132	5	816,56	4.082,80
28	Placa do motor – d’GATE AW500	133132	5	981,30	4.906,50
29	Conjunto do módulo de controle e bloqueio	--	5	2.771,44	13.857,20
30	Sensor photo elétrico – receptor – E3Z – T81 12/24VDC	--	12	803,36	9.640,32
31	Placa de saída com 2 reles	--	4	118,82	475,28
32	Coletor de cartões d’GATE	--	5	1.309,22	6.546,10
33	Conjunto mecanismo d’GATE 500R ou 500T	--	2	15.163,46	30.326,92
34	Conjunto mecanismo d’GATE PNE ( 900R ou 900T)	--	2	19.269,27	38.538,54
35	Fonte de alimentação, tensão de entrada 100-240V, 50-60Hz, tensão de saída selecionável com as opções 12V e 24V, corrente da saída selecionável de 5A a 12V ou 2,5A a 24V, proteção contra sobretensão, com um dispositivo de carga de bateria integrado compatíveis com baterias 12 V/7 Ah, 12 V/14 Ah e 24 V/7 Ah, com capacidade de regular a tensão de carga de bateria.	133132	5	5.478,26	27.391,30

**Subtotal R\$ 313.882,05**

### 1.3. Especificação das peças, compatíveis com a cancela Sem Parar PPA, modelo Jet Flex.

Nr	Descrição	Identificação CATMAT	Qtde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
36	Gabinete universal em aço com espessura mínima de 2mm, na cor laranja	150189	2	5.189,57	10.379,14
37	Barreira ou Haste da cancela. Haste rígida em alumínio, de 4 metros, compatível com o modelo Jet Flex	89516	6	506,09	3.036,54
38	Sistema de escamoteamento para abertura manual da cancela	89516	5	57,39	286,95
39	Central eletrônica	133132	20	563,48	11.269,60
40	Conjunto de Polias (superior e inferior)	151026	5	326,96	1.634,80
41	Correia lisa	150611	5	1.860,87	9.304,35
42	Freio eletrônico	--	5	46,96	234,80
43	Laço indutivo da cancela	225348	5	561,74	2.808,70
44	Controle remoto para abertura e fechamento	436552	40	27,83	1.113,20
45	Rolamento do motor de 1 HP, 220V, compatível com modelo Jet Flex	339447	5	57,39	286,95
46	Conjunto de fotocélula com fonte de alimentação com rele C/NF/NA	89516	12	147,83	1.773,96
47	Botoeira de emergência externa, tipo cogumelo, em inox, para abertura manual de cancela, NA	89516	40	46,96	1.878,40
48	Base do motor de 1 HP, 220V, compatível com modelo Jet Flex	--	2	320,00	640,00
49	Retentor do motor de 1 HP, 220V, compatível com modelo Jet Flex	9938	5	608,70	3.043,50
50	Conjunto de fixação da haste no gabinete	89516	30	173,91	5.217,30
51	Semáforo para cancela	405802	8	521,74	4.173,92
52	Luva para fixação de haste com parafuso	--	42	406,96	17.092,32
53	Moto redutor de barreira automática 220V, 60Hz, 1HP, 1200 ciclos por hora, rotação máxima 4350 RPM, com redutor banhado a óleo, trifásico	21458	4	13.591,30	54.365,20

**Subtotal R\$ 28.539,63**

#### 1.4. Especificação dos equipamentos.

Nr	Descrição	Identificação	Qtde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
		CATMAT			
54	Leitor de proximidade	89516	10	766,96	7.669,60
55	Leitor de cartão smartcard USB	89281	5	1.408,70	7.043,50
56	Antena UHF com Leitor UHF	--	4	17.661,52	70.646,08
57	Controladora Modular de Acesso (com quatro interfaces Wiegand para até quatro leitores de cartão, conexão de rede com o sistema host e memória Compact Flash 2 GB).	--	10	12.913,04	129.130,40
58	Bateria Chumbo-Ácida, 12V, 7Ah, para Controladora Modular de Acesso	315669	90	156,52	14.086,80
59	Botão de emergência/requisição de saída de porta, NF/NA, com estrutura em inox, para abertura de portas	40975	20	313,04	6.260,80

**Subtotal R\$ 234.837,18**

**Total R\$ 677.258,86**

\* Os preços estimados da planilha serão os considerados como máximos para aceitação da proposta pela Presidência da República.

\*\* O critério de julgamento da licitação será o menor preço total, por item, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 De acordo com o Decreto nº 9.031-SAJ-CC-PR, de 12 de abril de 2017, o DSEG/SCP tem por atribuição institucional proporcionar a segurança do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e de seus respectivos familiares, bem como dos palácios presidenciais e das residências do Presidente da República e do Vice-Presidente da República e respectivos locais de residência e domicílio.

2.2 A atual Solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República foi instalada no ano de 2016, com o objetivo de identificação e controle de servidores e visitantes que circulam no interior dos palácios presidenciais, residências oficiais, representações ou escritórios da Presidência ou da Vice-Presidência da República. Após o vencimento do período de garantia, qualquer falha em equipamento resultará na paralisação do mesmo o que comprometerá a eficiência do sistema que opera de forma integrada.

2.3 As peças e os equipamentos serão adquiridos sempre que houver a necessidade de se realizar a manutenção corretiva de alguns dos equipamentos que compõem a Solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República, assim segue as seguintes considerações.

2.4 Foi adotado o Sistema de Registro de Preços para a aquisição em tela, nos termos dos Incisos I e IV do Art. 3º do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em virtude da impossibilidade de se definir previamente quais peças, equipamentos e suprimentos serão demandados, bem como visando a aquisições frequentes frente a demandas apresentadas.

2.5 A atual Solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República é composta por três subsistemas:

a. Subsistema de Controle de Acesso de Pessoas

1) 24 (vinte e quatro) vias de passagem de pessoas que empregam 37 (trinta e sete) torres DIGICON, modelos d'GATE, conforme tabela a seguir:

LOCAL	Vias de Passage m	Torre 500T	Torre 500R/500T	Torre e 500R	Torre 500R/900T	Torre e 900T	Torre 900R
Térreo do Palácio do Planalto (PP)	6	2	2	-	2	-	2
1º Subsolo PP – Rampa Acesso N2	2	1	-	-	1	-	1
1º Subsolo PP – Corredor Administração	2	1	-	1	-	1	1
1º Subsolo PP – Estacionamento Privativo	1	-	-	-	-	1	1
Usina	1	-	-	-	-	1	1
Túnel PP - Anexos	2	1	-	-	1	-	1
Anexo I – Auditório	2	1	-	1	-	1	1
Anexo II – Entrada VPR	2	1	-	-	1	-	1
Anexo I – Entrada Principal	3	1	1	-	1	-	1
Anexo III – Saída Norte	3	1	1	-	1	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>11</b>

**Legenda de CÓDIGOS das torres:**

500T	=	768.01.655-15
500R/500T	=	768.01.654-05
500R	=	768.01.656-09
500R/900T	=	768.01.660-09
900T	=	768.01.658-04
900R	=	768.01.659-15

a) Cada torre com lado “T” possui abertura na tampa superior do gabinete e urna com cofre coletor de cartão *smartcard*.

2) 32 (Trinta e dois) Kits de Controle de Abertura e Fechamento de Porta instalados no Palácio do Planalto, Anexos e Palácio da Alvorada.

a) Cada Kit de Controle de Abertura e Fechamento de Porta é composto por: 02 (dois) leitores de proximidade Bosch, modelo Lectus Secure; 01 (uma) fechadura eletromagnética Vault, modelo 10006SM; 01 (uma) mola hidráulica; e 01 (uma) botoeira de emergência, normalmente fechada.

b) Cada conjunto de dois Kits de Controle de Abertura e Fechamento de Porta utiliza uma Placa de Controle Bosch, modelo AMC Controlador V2.0 - 4xWiegand – CF.

b. Subsistema de Controle de Acesso de Veículos - composto por 20 (vinte) cancelas automáticas PPA Sem Parar, modelo JET FLEX, que operam por meio de cartão *smartcard* e por meio de TAG com leitor RFID (Leitor UHF Edge-50 Auto ID e Antena UHF Monostatic 9dbi, Acura), assim distribuídas:

LOCAL	Quantidade de cancelas com antenas e leitores RFID	Quantidade de Totens de Entrada com leitores de cartões <i>smartcard</i>	Quantidade de Totens de Saída com leitores e cofres coletores de cartões <i>smartcard</i>
Estacionamento Oeste – Térreo do PP	4	1	1
Estacionamento Oeste – 1º Subsolo do PP	2	1	1
Estacionamento Norte (externo)	2	-	-
Estacionamento dos Anexos – Via N1	4	1	1

<b>Estacionamento dos Anexos – Via N2</b>	4	1	1
<b>Estacionamento da COTRAN</b>	2	1	1
<b>Estacionamento da SPR</b>	2	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>6</b>	<b>6</b>

c. Subsistema de Credenciamento e Cadastramento de Pessoas e Veículos - composto por 13 (treze) posições destinadas ao cadastramento de visitantes, 06 (seis) posições destinadas ao cadastramento de veículos de visitantes e 03 (três) posições destinadas ao credenciamento do público interno da Presidência da República. As 03 (três) posições destinadas ao credenciamento do público interno da Presidência da República empregam 03 (três) impressoras e codificadoras de cartão *smartcard* HID HDP 5000.

2.6 A Solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República, possui ainda os seguintes equipamentos:

a. Leitor de proximidade

- 1) São equipamentos utilizados para a leitura de cartões *smartcard* para utilização nas torres de controle de acesso, nos *totens* das cancelas para acesso aos estacionamentos e nos kits de abertura de portas com fechaduras eletromagnéticas.
- 2) Devem ter no frontal indicação por meio de LEDs, para acesso liberado “verde”, acesso negado “vermelho” e para ocorrência de falha na supervisão do leitor.
- 3) Devem possuir padrão de comunicação Wiegand.
- 4) Compatível com cartão *smartcard* contactless, padrão mifare, ISO14443A.
- 5) Deve possuir dispositivo audível (beeper) para indicação de status.
- 6) Distância de leitura: 5 cm para os leitores dos totens das cancelas e 3 cm para os demais leitores de proximidade.
- 7) Deverá operar com interfaces de comunicação direta com as placas de controle, padrão Wiegand.
- 8) Cor cinza ou preta.

b. Leitor de cartão smartcard USB

- 1) Leitor de mesa USB para cadastro de cartões de proximidade *smartcard*.
- 2) Alimentação por meio da porta USB, padrão 2.0 ou superior;
- 3) Compatível com todos os leitores de proximidade previstos no presente Termo de Referência, e com a norma ISO14443A;
- 4) Deve possuir alcance mínimo de 3 cm;
- 5) Deve efetuar a leitura do cartão *smartcard* tipo mifare especificado neste Termo de Referência, de acordo com a norma ISO14443A.

c. Antena UHF com leitor UHF

- 1) Antena destinada a leitura das Tags com tecnologia RFID passivas instaladas nos veículos.
- 2) A antena UHF não poderá estar embutida no leitor UHF.
- 3) Antena UHF com impedância de entrada de pelo menos 50 ohms.
- 4) Polarização RHCP.
- 5) Distância de leitura regulável: no mínimo 4 metros.

- 6) Padrão de comunicação compatível com as placas de controle e gerenciadoras previstas na solução, além de comunicação ethernet 10/100 Base T.
- 7) Frequência de operação 915 MHz – 928 MHz.
- 8) Potência de rádio Frequência 4 W EIRP.
- 9) Fornecida com cabo de RF de, no mínimo, 10 metros.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1 A natureza do objeto a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 2002.

### **4. HABILITAÇÃO**

4.1 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

4.1.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

4.1.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

4.1.2.1 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar que:

4.1.2.1.1 patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

4.1.3 A comprovação da qualificação econômico-financeira, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, 6º, 10 a 16 e 21, inciso III, da IN SEGES/MP nº 03/2018.

### **5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

5.1 O prazo de entrega dos itens licitados é de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Solicitação/Ordem de Fornecimento, em remessa única, no Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70.150-900, em Brasília-DF, em horário das 08h às 11h30 e das 14h às 17h30. Contato: Chefe da Coordenação do Sistema Integrado de Supervisão. Telefone: (61) 3411-1296.

5.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3 Os itens recebidos devem ser compatíveis com os equipamentos já especificados neste Termo de Referência.

5.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os itens serão rejeitados, no todo ou em parte, nas seguintes hipóteses:

5.5.1. Constatação de anomalias que comprometam a sua adequada utilização, conforme dispõe o Art. 76 da Lei nº 8.666/93, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.5.2. Não aprovação técnica pela Presidência da República.

5.6. Caberá à empresa fornecedora arcar com as despesas de embalagem e frete dos bens a serem substituídos.

5.7 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.9. Atestada a conformidade quantitativa e qualitativa pela Secretaria de Segurança Presidencial, os itens serão recebidos definitivamente, mediante termo circunstanciado (Apêndice II), com a consequente aceitação dos itens.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1 São obrigações da Contratante:

6.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto deste Termo de Referência.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 Efetuar a entrega dos itens solicitados, em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, edital e seus anexos, acompanhados das respectivas



notas fiscais, assim como compatíveis com os equipamentos já instalados componentes da atual Solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

7.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.7 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante, em decorrência da entrega do bem, incluindo-se danos causados a terceiros, a que título for.

7.1.8 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Contratante.

7.1.9 Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.

## **8. SUBCONTRATAÇÃO**

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

10.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das

falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **11. PAGAMENTO**

11.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

11.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

## **12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3 fraudar na execução do contrato;

12.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 cometer fraude fiscal;

12.1.6 não mantiver a proposta.

12.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração;

12.2.2 multa moratória de 0,2.% (dois décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

12.2.3 multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.3 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.6 impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.3.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **13. PREÇO ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 O valor total da aquisição está estimado em **R\$ 677.258,86 (Seiscentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos)**, sendo:

13.1.1. **Material de Consumo** (todos os materiais, exceto os itens 54, 55, 56, 57, 58 e 59 deste Termo de Referência): **R\$ 442.421,68 (quatrocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos)**.

13.1.2. **Material Permanente** (somente os itens 54, 55, 56, 57, 58 e 59 deste Termo de Referência): **R\$ 234.837,18 (duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e dezoito centavos)**.

13.2 Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

13.3 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, os recursos necessários ao atendimento da despesa correrão por conta da Unidade Gestora: 110322 à conta da Dotação Orçamentária UO 20101, Programa de Trabalho 04122210146930001, PTRES 085457, Elemento de Despesa 339030 – Material de Consumo e 449052 – Equipamentos e Material Permanente, Fonte 0100, mediante Orçamento Geral da União.

### **14. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

14.1 Foi adotado o Sistema de Registro de Preços para a aquisição em tela, nos termos dos Incisos I e IV do Art. 3º do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em virtude da impossibilidade de se definir previamente quais peças, equipamentos, suprimentos e acessórios serão demandados. As peças, equipamentos e acessórios serão demandados quando houver a necessidade de manutenção corretiva.

14.2 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

14.3 A contratante designará um ou mais representantes para exercer o acompanhamento, controle e fiscalização da Ata de Registro de Preços.

14.4 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente da licitação.

14.5 Nos termos do artigo 4º do Decreto nº 7.892, de 2013, em virtude da necessidade urgente das aquisições de peças, equipamentos e suprimentos destinados à manutenção do funcionamento da Solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República e visando dar celeridade ao processo, **não deverá ser realizada a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).**

## **15. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1 Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho).

15.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da sua assinatura.

## **16. OUTRAS CONSIDERAÇÕES**

16.1 Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço unitário, por item, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

16.2 Integram este Termo os seguintes Apêndices e anexo:

Apêndice I – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO;

Apêndice II – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

Apêndice III – MODELO DE TERMO DE GARANTIA DOS PRODUTOS FORNECIDOS; e

Apêndice IV – MODELO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS (Proposta Comercial)

Brasília, 09 de novembro de 2018.

(assinado eletronicamente)

**Nélio** Marinho Nunes Ferreira - Cel EB

Coordenador - Geral de Logística DSeg/SCP/GSI/PR

Aprovo:

(assinado eletronicamente)

**Gustavo Suarez** da Silva – Cel EB

Diretor do Departamento de Segurança Presidencial

## APÊNDICE I



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL  
SECRETARIA DE SEGURANÇA E COORDENAÇÃO PRESIDENCIAL  
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL**

**ORDEM DE FORNECIMENTO Nº \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_\_.**

**(MODELO)**

**Fornecedor:** \_\_\_\_\_

**CNPJ nº:** \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_. **Fax:** \_\_\_\_\_

**Anexo:** 2018NE\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

Solicitamos a entrega dos materiais constantes da Nota de Empenho, em anexo, no Departamento de Segurança Presidencial, Via N-2 NORTE, Fundo do Palácio do Planalto, observadas as especificações e demais condições estabelecidas no Edital do respectivo processo de aquisição.

**Prazo de entrega:** \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

**Horário de recebimento do material: Manhã: 08:00 às 12:00h / Tarde: 14:00 às 18:00h**

Brasília/DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Nome:**

**Departamento de Segurança Presidencial /GSIPR**

Recebi a presente Ordem de Fornecimento, ciente das condições estabelecidas.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Nome:**

**Empresa**

Obs: Favor datar, assinar e enviar via e-mail para (@presidencia.gov.br).

## APÊNDICE II



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL  
SECRETARIA DE SEGURANÇA E COORDENAÇÃO PRESIDENCIAL  
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL**

### TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

**(MODELO)**

<b>PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº</b>		<b>NUP</b>	
<b>NOTA DE EMPENHO</b>		<b>ORDEM DE FORNECIMENTO</b>	

**Termo de Recebimento Definitivo que emite o GSI/PR, em favor da empresa .....**

O DSEG/Gestor do Contrato certifica que o(s) bem(ns) integrante(s) da Ordem de Fornecimento acima identificada possui(em) especificações e qualidade compatíveis com os Critérios de Aceitação previamente definidos pelo GSI/PR no Processo de Aquisição em tela.

Brasília/DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2018

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Área Demandante/Gestor do Contrato

**Ciente:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Empresa:

## APÊNDICE III

### (MODELO)

(em papel timbrado da empresa)

#### TERMO DE GARANTIA DOS PRODUTOS FORNECIDOS

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, compromete-se a prestar garantia, nos seguintes termos:

I. O objeto terá prazo de garantia de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, a contar do recebimento definitivo.

II. Durante o período de garantia, a adjudicatária, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a substituir, sem ônus para o GSI/PR, o objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

III. O pedido de substituição do objeto, durante o período de garantia, será formalizado por telefone, *e-mail*, fax ou outro meio hábil de comunicação.

(local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2018

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

Nome:

Empresa:

## APÊNDICE IV

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 018/2018  
PROCESSO Nº

### MODELO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS (Proposta Comercial)

Pregão, na forma eletrônica, nº 018/2018 - GSI

Data de abertura: ...../...../2018.

1. Peças compatíveis com as torres de via de passagem d'GATE:

Nr do Item	Especificações das peças compatíveis com as torres de via de passagem d'GATE	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Conjunto soldado do pedestal em aço inox escovado AISI 304 fabricado em chapa de 2mm de espessura.	2		
2	Porta de abertura esquerda em aço inox escovado AISI 304.	2		
3	Porta de abertura direita em aço inox escovado AISI 304.	2		
4	Fechadura articulada com cilindro e 2 chaves para porta de abertura direita ou esquerda.	6		
5	Acabamento central da torre, em aço inox, com fenda (500R ou 500T)	2		
6	Acabamento central da torre, em aço inox, com fenda, modelo PNE (900R ou 900T)	2		
7	Vidro temperado de 12mm, translúcido, em formato de "asa de anjo" (500R ou 500T)	6		
8	Vidro temperado de 12mm, translúcido, em formato de "asa de anjo", modelo PNE (900R ou 900T)	6		
9	Contrapeso de qualquer um dos modelos de torre	4		
10	Conjunto da alavanca principal d'GATE	6		
11	Motor 24V compatível com o lado 500R ou 500T	3		
12	Motor 24V compatível com o lado PNE (900R ou 900T)	3		
13	Placa pictograma superior	2		
14	Placa pictograma passiva	2		
15	Placa pictograma frontal	4		
16	Conjunto de bornes	2		
17	Conjunto Kit de sensores receptores 500	2		
18	Conjunto Kit de sensores receptores 900	2		
19	Conjunto Kit de sensores transmissores 900	2		
20	Conjunto sensor 10 transmissor DFLOW	2		
21	Capacitor elétrico 100000µF – 35V radial	10		
22	Tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 1 pictograma e sem registro	2		
23	Tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 1 pictograma e 1 registro	2		
24	Tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 2 pictogramas e 2 registros	2		
25	Cabo solenoide 12V	5		
26	Conjunto coletor de cartão com urna	2		
27	Placa do motor – d'GATE AW900	5		
28	Placa do motor – d'GATE AW500	5		



29	Conjunto do módulo de controle e bloqueio	5		
30	Sensor photo elétrico – receptor – E3Z – T81 12/24VDC	12		
31	Placa de saída com 2 reles	4		
32	Coletor de cartões d’GATE	5		
33	Conjunto mecanismo d’GATE 500R ou 500T	2		
34	Conjunto mecanismo d’GATE PNE ( 900R ou 900T)	2		
35	Fonte de alimentação, tensão de entrada 100-240V, 50-60Hz, tensão de saída selecionável com as opções 12V e 24V, corrente da saída selecionável de 5A a 12V ou 2,5A a 24V, proteção contra sobretensão, com um dispositivo de carga de bateria integrado compatíveis com baterias 12 V/7 Ah, 12 V/14 Ah e 24 V/7 Ah, com capacidade de regular a tensão de carga de bateria.	5		

2. Peças compatíveis com a cancela marca PPA, modelo Sem Parar:

Nr do Item	Especificações das peças compatíveis com a cancela Sem Parar PPA, modelo Jet Flex	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
36	Gabinete universal em aço com espessura mínima de 2mm, na cor laranja	2		
37	Barreira ou Haste da cancela. Haste rígida em alumínio, de 4 metros, compatível com o modelo Jet Flex	6		
38	Sistema de escamoteamento para abertura manual da cancela	5		
39	Central eletrônica	20		
40	Conjunto de Polias (superior e inferior)	5		
41	Correia lisa	5		
42	Freio eletrônico	5		
43	Laço indutivo da cancela	5		
44	Controle remoto para abertura e fechamento	40		
45	Rolamento do motor de 1 HP, 220V, compatível com modelo Jet Flex	5		
46	Conjunto de fotocélula com fonte de alimentação com rele C/NF/NA	12		
47	Botoeira de emergência externa, tipo cogumelo, em inox, para abertura manual de cancela, NA	40		
48	Base do motor de 1 HP, 220V, compatível com modelo Jet Flex	2		
49	Retentor do motor de 1 HP, 220V, compatível com modelo Jet Flex	5		
50	Conjunto de fixação da haste no gabinete	30		
51	Semáforo para cancela	8		
52	Luva para fixação de haste com parafuso	42		
53	Moto redutor de barreira automática 220V, 60Hz, 1HP, 1200 ciclos por hora, rotação máxima 4350 RPM, com redutor banhado a óleo, trifásico	4		

3. Equipamentos utilizados para leitura e cadastro de cartões Smartcard RFID e leitura de tag RFID veicular:

Nr do Item	Equipamento	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
54	Leitor de proximidade	10		
55	Leitor de cartão smartcard USB	5		
56	Antena UHF com Leitor UHF	4		
57	Controladora Modular de Acesso (com quatro interfaces Wiegand para até quatro leitores de cartão, conexão de rede com o sistema host e memória Compact Flash 2 GB).	10		
58	Bateria Chumbo-Ácida, 12V, 7Ah, para Controladora Modular de Acesso	90		

59	Botão de emergência/requisição de saída de porta, NF/NA, com estrutura em inox, para abertura de portas	20		
----	---	----	--	--

### 3.1 Descrição dos equipamentos solicitados no item 3:

#### 3.1.1. Leitor de proximidade

- a. São equipamentos utilizados para a leitura de cartões smartcard para utilização nas torres de controle de acesso, nos totens das cancelas para acesso aos estacionamentos e nos kits de abertura de portas com fechaduras eletromagnéticas;
- b. Devem ter no frontal indicação por meio de LEDs, para acesso liberado “verde”, acesso negado “vermelho” e para ocorrência de falha na supervisão do leitor;
- c. Devem possuir padrão de comunicação Wiegand;
- d. Compatível com cartão smartcard contactless, padrão mifare, ISO14443A;
- e. Deve possuir dispositivo audível (beeper) para indicação de status;
- f. Distância de leitura: 5 cm para os leitores dos totens das cancelas e 3 cm para os demais leitores de proximidade;
- f. Deverá operar com interfaces de comunicação direta com as placas de controle, padrão Wiegand;
- g. Cor cinza ou preta.

#### 3.1.2. Leitor de cartão smartcard USB

- a. Leitor de mesa USB para cadastro de cartões de proximidade Smartcard;
- b. Alimentação por meio da porta USB, padrão 2.0 ou superior;
- c. Compatível com todos os leitores de proximidade previstos no presente Termo de Referência, e com a norma ISO14443A;
- d. Deve possuir alcance mínimo de 3 cm;
- e. Deve efetuar a leitura do cartão smartcard tipo mifare, de acordo com a norma ISO14443A.

#### 3.1.3. Antena UHF com leitor UHF

- a. Antena destinada a leitura das Tags com tecnologia RFID passivas instaladas nos veículos;
- b. A antena UHF não poderá estar embutida no leitor UHF;
- c. Antena UHF com impedância de entrada de pelo menos 50 ohms;
- d. Polarização RHCP;
- e. Distância de leitura regulável: no mínimo 4 metros;
- f. Padrão de comunicação compatível com as placas de controle e gerenciadoras previstas na solução, além de comunicação ethernet 10/100 Base T;
- g. Frequência de operação 915 MHz – 928 MHz;
- h. Potência de rádio Frequência 4 W EIRP;
- i. Fornecida com cabo de RF de, no mínimo, 10 metros.

---

Assinatura do responsável e carimbo da empresa

(\* Os valores que deverão ser cadastrados no sistema Comprasnet é o valor total por item.

#### 1. Observações:

- a) prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- b) prazo de entrega de até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias a contar do recebimento da nota de empenho;

2. Declarações:

a) declaração expressa de estarem incluídos nos preços cotados todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

b) Declaro de que tenho pleno conhecimento das condições da licitação, bem como das normas e legislação que tratam do assunto.

3. Dados da empresa:

EMPRESA/RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CEP:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

TELEFONE:

FAX:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA-CORRENTE:

E-MAIL:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
(Nome completo do declarante)

\_\_\_\_\_  
(Nº da CI do declarante)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do declarante)

**ANEXO II**  
**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA,**  
**PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, Nº 018/2018-GSI**  
**PROCESSO Nº 00185.013731/2018-31**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**  
**(Proposta Comercial)**

**Referência: Pregão, na forma eletrônica, nº 018/2018-GSI**

**Data de Abertura: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2018**

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE (A)</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO (B)</b>	<b>PREÇO TOTAL (AxB)</b>
1	Conjunto soldado do pedestal em aço inox escovado AISI 304 fabricado em chapa de 2mm de espessura.	2	(*)	
2	Porta de abertura esquerda em aço inox escovado AISI 304.	2	(*)	
3	Porta de abertura direita em aço inox escovado AISI 304.	2	(*)	
4	Fechadura articulada com cilindro e 2 chaves para porta de abertura direita ou esquerda.	6	(*)	
5	Acabamento central da torre, em aço inox, com fenda (500R ou 500T)	2	(*)	
6	Acabamento central da torre, em aço inox, com fenda, modelo PNE (900R ou 900T)	2	(*)	
7	Vidro temperado de 12mm, translúcido, em formato de “asa de anjo” (500R ou 500T)	6	(*)	
8	Vidro temperado de 12mm, translúcido, em formato de “asa de anjo”, modelo PNE (900R ou 900T)	6	(*)	
9	Contrapeso de qualquer um dos modelos de torre	4	(*)	
10	Conjunto da alavanca principal d’GATE	6	(*)	
11	Motor 24V compatível com o lado 500R ou 500T	3	(*)	
12	Motor 24V compatível com o lado PNE (900R ou 900T)	3	(*)	
13	Placa pictograma superior	2	(*)	
14	Placa pictograma passiva	2	(*)	
15	Placa pictograma frontal	4	(*)	
16	Conjunto de bornes	2	(*)	
17	Conjunto Kit de sensores receptores 500	2	(*)	
18	Conjunto Kit de sensores receptores 900	2	(*)	
19	Conjunto Kit de sensores transmissores 900	2	(*)	
20	Conjunto sensor 10 transmissor DFLOW	2	(*)	
21	Capacitor elétrico 100000µF – 35V radial	10	(*)	
22	Tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 1 pictograma e sem registro	2	(*)	
23	Tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 1 pictograma e 1 registro	2	(*)	
24	Tampa superior do gabinete em aço inox com acrílico com 2 pictogramas e 2 registros	2	(*)	
25	Cabo solenoide 12V	5	(*)	
26	Conjunto coletor de cartão com urna	2	(*)	
27	Placa do motor – d’GATE AW900	5	(*)	

28	Placa do motor – d’GATE AW500	5	(*)	
29	Conjunto do módulo de controle e bloqueio	5	(*)	
30	Sensor photo elétrico – receptor – E3Z – T81 12/24VDC	12	(*)	
31	Placa de saída com 2 reles	4	(*)	
32	Coletor de cartões d’GATE	5	(*)	
33	Conjunto mecanismo d’GATE 500R ou 500T	2	(*)	
34	Conjunto mecanismo d’GATE PNE ( 900R ou 900T)	2	(*)	
35	Fonte de alimentação, tensão de entrada 100-240V, 50-60Hz, tensão de saída selecionável com as opções 12V e 24V, corrente da saída selecionável de 5A a 12V ou 2,5A a 24V, proteção contra sobretensão, com um dispositivo de carga de bateria integrado compatíveis com baterias 12 V/7 Ah, 12 V/14 Ah e 24 V/7 Ah, com capacidade de regular a tensão de carga de bateria.	5	(*)	
36	Gabinete universal em aço com espessura mínima de 2mm, na cor laranja	2	(*)	
37	Barreira ou Haste da cancela. Haste rígida em alumínio, de 4 metros, compatível com o modelo Jet Flex	6	(*)	
38	Sistema de escamoteamento para abertura manual da cancela	5	(*)	
39	Central eletrônica	20	(*)	
40	Conjunto de Polias (superior e inferior)	5	(*)	
41	Correia lisa	5	(*)	
42	Freio eletrônico	5	(*)	
43	Laço indutivo da cancela	5	(*)	
44	Controle remoto para abertura e fechamento	40	(*)	
45	Rolamento do motor de 1 HP, 220V, compatível com modelo Jet Flex	5	(*)	
46	Conjunto de fotocélula com fonte de alimentação com rele C/NF/NA	12	(*)	
47	Botoeira de emergência externa, tipo cogumelo, em inox, para abertura manual de cancela, NA	40	(*)	
48	Base do motor de 1 HP, 220V, compatível com modelo Jet Flex	2	(*)	
49	Retentor do motor de 1 HP, 220V, compatível com modelo Jet Flex	5	(*)	
50	Conjunto de fixação da haste no gabinete	30	(*)	
51	Semáforo para cancela	8	(*)	
52	Luva para fixação de haste com parafuso	42	(*)	
53	Moto redutor de barreira automática 220V, 60Hz, 1HP, 1200 ciclos por hora, rotação máxima 4350 RPM, com redutor banhado a óleo, trifásico	4	(*)	
54	Leitor de proximidade (**)	10	(*)	
55	Leitor de cartão smartcard USB (**)	5	(*)	
56	Antena UHF com Leitor UHF (**)	4	(*)	
57	Controladora Modular de Acesso (com quatro interfaces Wiegand para até quatro leitores de cartão, conexão de rede com o sistema host e memória Compact Flash 2 GB).	10	(*)	
58	Bateria Chumbo-Ácida, 12V, 7Ah, para Controladora Modular de Acesso	90	(*)	
59	Botão de emergência/requisição de saída de porta, NF/NA, com estrutura em inox, para abertura de portas	20	(*)	

(\*) O **PREÇO UNITÁRIO** é o que deve ser cadastrado no sistema Comprasnet.

(\*\*) Os itens **54, 55 e 56** deverão estar de acordo com as especificações constantes no subitem 2.6 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**1. Observações:**

**1.1** Prazo de validade da proposta de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) **dias**, a contar da data de abertura da sessão pública. *(No mínimo 60 (sessenta) dias);*

**1.2** Prazo de entrega de até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) **dias, a contar do recebimento da nota de empenho.**  
**(No máximo 10 (dez) dias úteis);**

**2. Declaração:**

**2.1** Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

**3. Dados da empresa:**

Empresa/Razão Social:

Endereço:

CEP:

CNPJ:

Telefone:

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

E-mail:

**4. Qualificação do preposto autorizado a firmar a Ata de Registro de Preços:**

Nome completo:

CPF:

RG:

Cargo:

Tel Celular:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

(Nome completo do declarante (Responsável legal) – ID – CPF

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO QUE NÃO MANTÉM PARENTESCO ENTRE SÓCIOS DA EMPRESA COM SERVIDORES DO ÓRGÃO

Eu, ....., portador da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., na qualidade de Representante Legal da empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na ....., **declaro** para todos os fins de direito que os sócios da referida empresa não mantém parentesco com servidores do órgão contratante até o segundo grau civil. Por ser verdade firmo a presente declaração para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos.

(Local), (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Representante legal da licitante – ID – CPF

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;  
e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável



## ANEXO V

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA n.º \_\_\_\_\_

A **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, por intermédio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, localizado no Anexo II-B do Palácio do Planalto, Sala 210, Praça dos Três Poderes em Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representada pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 200..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., inscrito(a) no CPF sob o nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 018/2018-GSI, publicada no ..... de ...../...../2018, processo administrativo nº 00185.013731/2018-31, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s)....., CNPJ nº ....., com sede no ....., CEP:....., telefone nº (....) ....., de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e à Instrução Normativa SEGES/MP n. 05, de 26 de maio de 2017, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços com vistas a eventual aquisição de peças, equipamentos e suprimentos destinados à manutenção do funcionamento da Solução de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos da Presidência da República, especificados no item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital do Pregão nº 018/2018-GSI, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) estão contidos no Apêndice A da Ata de Registro de Preços.

#### 3. DA VALIDADE DA ATA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

#### 4. DA REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1 por razão de interesse público; ou

4.9.2 a pedido do fornecedor.

## **5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.3 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

## **6. DO FORO**

6.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços será o da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.



**APÊNDICE A**  
**DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2018**

**PREÇOS REGISTRADOS**

**ÓRGÃO GERENCIADOR: GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

<b>Item do TR</b>	<b>Especificação</b>	<b>Marca/Modelo (se exigida no edital)</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço Unitário</b>

**(Obs: A planilha será preenchida quando da formalização da Ata de Registro de Preços)**

**APÊNDICE B**  
**DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2018**

**CADASTRO DE RESERVA**

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UN</b>	<b>QTD</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO</b>
1ª		1				
		2				
		3				
2ª		1				
		2				
3ª		1				

**(Obs: A planilha será preenchida quando da formalização da Ata de Registro de Preços)**